



É preciso elevar o nível de qualidade das obras

“Com esta decisão, esperamos elevar o nível das obras públicas em Lages. Nosso compromisso é com a aplicação correta e a destinação eficiente dos recursos públicos”, disse a prefeita Carmen ao anunciar a decisão de cobrar da empreiteira reparos emergenciais nas obras executadas na Av. Manoel Antunes Pessoas, que divide os bairros da Penha e São Miguel. Após detectar a má qualidade do pavimento e diversos trechos deteriorados, a Secretaria de Obras fez o levantamento do

local e cobrou melhorias no projeto, que foi finalizado há pouco mais de um ano. Quanto aos recursos financeiros, o montante relacionado às correções também sairá do caixa da empresa responsável, que deverá arcar com os gastos extras. Parabéns pela medida! “É uma situação que na engenharia chamamos de ‘vício de construção’. Identificamos diversas patologias e tivemos o aval da prefeita Carmen Zanotto para regularizar a situação, decisão fundamental para monitorar e revisar as obras públicas recentemente entregues em Lages”, avalia o

secretário de Obras e Infraestrutura, Cleber Machado Aruda. Ele diz ainda que outros contratos firmados em processos licitatórios (embora já finalizados), também dentro do prazo de garantia, vem sendo avaliados por equipes técnicas do município e podem vir a ter reparos solicitados pela Prefeitura. Confesso que só vi isso quando Paulo Duarte foi prefeito. Ele mandou refazer o asfalto, se não estou enganada, do Acesso Norte, porque apresentou má qualidade na sua execução. Muitas das obras realizadas pela administração passada, especialmente

a pavimentação de ruas, apresentaram problemas desta natureza, mas em nenhum dos casos foi exigido que a empreiteira refizesse. Entendo que o poder público paga caro pelas obras contratadas e não pode ser negligente ou complacente quando não lhe entregam conforme consta no contrato. Obras públicas mal feitas são um problema comum, acarretando em desperdício de dinheiro público, atrasos na entrega de projetos e baixa qualidade. Mas, não é porque é assim que tem de permanecer assim. Temos de fazer diferente.

“

No Rio Grande, hoje não tem nada feito, e o governo não tem orçamento. Então, uma das soluções é a federalização, mas isso deve ser tratado separadamente. Santa Catarina já está fazendo sua parte, e o Governo Federal pode assumir a do Rio Grande do Sul”

Prefeito de São Joaquim, **José Teodoro de Sena Amaral**, ao defender a federalização da estrada Caminhos da Neve que liga a Serra Catarinense a Serra Gaúcha. Faltam 10,4 quilômetros para concluir o lado catarinense.

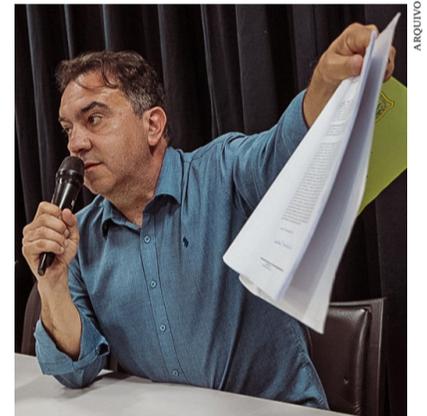
Ampliação de 58 km na Coxilha Rica

O secretário de Estado da Indústria, Comércio e Serviços, Silvio Dreveck, esteve na Acil e um dos pontos centrais da conversa foi o pedido da associação para a pavimentação de 58 km da SC-390, entre Bodegão (Coxilha Rica) e Arvoredo (São Joaquim). A obra é vista como estratégica para integrar turismo, agronegócio e indústria, além de melhorar o escoamento da produção, desafogar rodovias saturadas como a SC-114 e atrair investimentos. A SC-390 também conecta a Serra Catarinense à BR-285 e ao Porto de Imbituba. Os dados apresentados pelo vice-presidente da Acil, Anderson de Souza, mostram que a primeira etapa da pavimentação já trouxe impactos relevantes, como a instalação da Topigs Norsvin com investimentos de R\$ 60 milhões e o crescimento de cooperativas como Cooperplan e Coopercampos, que ampliaram significativamente seus negócios. A construção do Hotel Fazenda Cerro Azul e o fortalecimento do turismo de experiência demonstram o impacto positivo na economia local.

MP ofereceu denúncia da Operação Coliseu

O ex-superintendente da Fundação Cultural, Gilberto Ronconi, divulgou nota e comunicado do Ministério Público informando que ele teria sido excluído da Operação Coliseu, porque nada contra ele foi levantado durante as investigações. Mas, na semana passada, o Ministério Público informou que ofereceu denúncia contra duas pessoas envolvidas nesta operação, uma delas o próprio Giba. A justificativa foi de que a investigação constatou o recebimento de vantagem indevida na contratação de artistas para um evento de final de ano organizado pela Prefeitura de

Lages. Os denunciados devem responder a uma ação penal pelas práticas de desvio de recursos públicos, recebimento de vantagem indevida e inserção de informações falsas em documento particular. Conforme levantamento realizado, o documento exibido por Giba procede, mas se referia a apenas uma parte do processo. A denúncia oferecida pela MP pegou o ex-superintendente de surpresa que chegou a inquirir a mídia pela sua veracidade. Obviamente que o Ministério Público ofereceu a denúncia, mas caberá ao judiciário aceitá-la ou não.



Teatro Marajoara

O Teatro Marajoara vai reabrir suas portas. A frente desta iniciativa está um grupo formado com a parceria entre a Somar Produções e Eventos e a proprietária do imóvel, Mário Leopoldo dos Santos Empreendimentos Imobiliários Ltda. O Teatro Marajoara, que está fechado há mais de três anos, está passando por reforma para ser colocado novamente no circuito dos grandes espetáculos. O valor estimado já investido nas obras de preparação do teatro é de cerca de R\$ 300 mil. O local está sendo preparado para abrigar dois projetos culturais. Um deles foi cadastrado no Programa de Incentivo à Cultura (PIC) do Governo do Estado, com um incentivo de aproximadamente R\$ 1,2 milhão. O outro, aprovado pela Lei Rouanet do Governo Federal, representa um aporte de cerca de R\$ 750 mil. Esses projetos foram concebidos e inscritos por Layla Cristina Casagrande de Campos e pelo maestro Joed Jeffer Ferreira de Mello.

Tombamento

O Conselho Municipal de Patrimônio Cultural (Compac), reunido pela primeira vez nesta semana, autorizou a continuidade do processo de tombamento da Igreja Católica Apostólica Brasileira (Igreja do Antídio), reconhecida por sua relevância histórica para a comunidade. O parecer final deverá ser apresentado na próxima reunião.

Nova versão

Em Santa Catarina, 31 cidades não têm mulheres nas suas respectivas Câmaras de Vereadores na atual legislatura. No Brasil são 775 municípios, segundo os dados do Supremo Tribunal Eleitoral (TSE). A nova versão do código eleitoral que tramita no Senado, e que está pronta para ser votada, poderá mudar a realidade dessas e de outras cidades. Isso porque uma subemenda prevê que 20% das vagas no legislativo sejam garantidas para as candidaturas femininas. A expectativa é de que o projeto completo, que tramita há três

anos no Congresso, seja analisado e votado ainda neste ano. Os 20% seriam válidos também para as Assembleias Legislativas e para o Congresso Nacional. Um avanço mais do que necessário em um cenário em que as mulheres, mesmo sendo maioria do eleitorado, ainda não conseguem ampliar de forma efetiva sua representatividade política. Mas aqui na Serra, na última eleição as mulheres ganharam protagonismo. Conseguimos eleger seis prefeitas (tínhamos três), seis vice-prefeitas (eram apenas quatro) e 37 vereadoras (tínhamos 29).

Quase pronta

Está em fase de finalização a instalação da rua coberta em Urupema e dentro de 15 dias deverá ser entregue à comunidade. A concessão para exploração da rua será feita por licitação.

Jogo do poder

Segundo o colunista Marcelo Lula, o prefeito de Joaçaba, Wilson Sartori (PSDB), disse abertamente que o governador

Jorginho Mello (PL) poderá atender a um pedido de recursos, mas que, para isso, ele teria que se filiar ao Partido Liberal. Sartori disse ainda que está afinando a conversa com o governador, pois é preciso saber quais os valores que serão enviados para os municípios, para que os cinco prefeitos, de forma conjunta, decidam pela filiação ou não. Não é de hoje que, qualquer partido que esteja no poder invista no fortalecimento do partido.

Trânsito

Muitas queixas com relação ao trânsito em Lages. Realmente em certos horários está um caos circular na cidade. Trânsito travado em algumas vias. Segundo se soube, o Diretran adquiriu um drone para poder estudar a situação. Esperamos que o diretor de Trânsito, Ricardo Nerbass, encontre algumas soluções e se empenhe para resolvê-las. Não faça como na gestão passada que gastaram uma nota para sincronização das sinaleiras (a chamada Onda Verde) e isso nunca aconteceu.

